

BOAS PRÁTICAS



A sombra da interferência política

Veto do governo da Austrália a seis projetos de pesquisa em humanidades mobiliza comunidade científica do país

Uma investigação parlamentar aberta para apurar possível interferência política no investimento público em ciência mobilizou os cientistas da Austrália. Pelo menos 85 pesquisadores e representantes de sociedades científicas prestaram depoimento no Senado no início de março e a grande maioria deles pediu a revogação de uma prerrogativa que permite ao ministro da Educação rejeitar decisões de financiamento a projetos de pesquisa tomadas por comitês de especialistas.

Em dezembro, o ministro interino, Stuart Robert, havia utilizado esse poder de veto para proibir a concessão de recursos a seis propostas recomendadas por painéis de *experts* do Conselho de Pesquisa da Austrália (ARC). Os projetos eram todos da área de humanidades e envolviam tópicos como a China moderna, o ativismo climático estudantil e a amizade como tema na literatura

inglesa. “Ao tomar a decisão de recusar seis dos 593 projetos, o ministro acredita que os rejeitados não valorizam o dinheiro dos contribuintes nem contribuem para o interesse nacional”, informou um porta-voz do ministério à revista *Nature*.

Nos 21 anos de atividades do ARC, o ministério rejeitou projetos em apenas quatro ocasiões – três delas nos últimos cinco anos. A Austrália é governada há quatro anos pelo premiê Scott Morrison, do Partido Liberal, de centro-direita. Em 2018, 11 projetos de humanidades já haviam sido vetados pelo ministério. As pesquisas rejeitadas receberiam cada uma entre 200 mil e 500 mil dólares australianos (R\$ 740 mil e R\$ 1,84 milhão).

Em resposta ao veto de dezembro, mais de 140 membros do comitê de especialistas do ARC assinaram uma carta defendendo o rigor e a integridade do processo de avaliação. “A qualidade das propostas de subvenções submetidas ao ARC é extremamente alta”, afirma o texto. Cada projeto é avaliado por especialistas do país e de fora e, em seguida, discutido e votado individualmente nas reuniões do painel do Comitê Consultivo de Seleção. Dezenove por cento das propostas apresentadas foram recomendadas. “Cada uma delas foi chancelada com base não apenas na qualidade, inovação e viabilidade, mas também no benefício e no valor que gerariam. A decisão ministerial de anular recomendações da ARC para financiamento prejudica todo esse processo”, escreveram os signatários da carta.

Dois membros do comitê de especialistas renunciaram em protesto. “O veto ministerial soa como um capricho”, disse à *Nature* Andrew Francis, matemático da Universidade do Oeste de Sydney, em Penrith, um dos que abandonaram o cargo. Segundo Francis, a possibilidade de haver veto político já está fazendo com que pesquisadores do campo das mudanças climáticas mudem o escopo de suas propostas para tentar escapar da interferência na avaliação.

Na investigação aberta no Senado, o astrofísico norte-americano radicado na Austrália Brian Schmidt, ganhador do Nobel de Física de 2011 e vice-chanceler da Universidade Nacional Australiana, em Canberra, foi uma das vozes que defenderam o fim do poder de veto do ministro. “Isso já está afetando a capacidade de atrair talentos para a Austrália”, disse, de acordo com o jornal *The Sydney Morning Herald*. James McCluskey, vice-reitor de pesquisa da Universidade de Melbourne, afirmou que o poder de veto é um “desvio significativo das melhores práticas do mundo”. Ele observou que os conselhos de pesquisa nos Estados Unidos e no Reino Unido são autônomos e não estão sujeitos à intervenção de ministros.

Deborah Sweeney, vice-chanceler da Universidade do Oeste de Sydney, instituição que teve dois

projetos vetados pelo ministério, disse que a intervenção teve “um efeito assustador, devastador e demoralizante” sobre os pesquisadores proponentes. Representantes da Universities Australia (UA), que reúne 39 instituições de ensino superior do país, sustentaram que o poder de veto mina as bases do sistema de ciência e tecnologia. “Os pesquisadores que apresentam propostas competitivas a agências de financiamento precisam saber que podem confiar na força e na qualidade de suas ideias. Sem essa confiança, a pesquisa australiana perde competitividade”, informou em comunicado.

Poucas manifestações foram favoráveis à manutenção da legislação, entre as quais a do próprio ARC, para o qual a revogação “minaria a responsabilidade do ministro” e enfraqueceria a capacidade do Parlamento de supervisionar o financiamento da ciência no país. Um dos pesquisadores a defender o veto foi o físico Peter Ridd, da Universidade John Cook, representante do Instituto de Relações Públicas, uma organização que produz estudos sobre livre mercado. Em sua opinião, o poder discricionário do ministro seria importante para garantir que os resultados de pesquisa sejam fidedignos e possam ser reproduzidos em outros experimentos. De acordo com a revista *Times Higher Education*, Ridd disse que a chamada “crise de reprodutibilidade” da ciência, que faz com que muitos achados aparentemente promissores não se confirmem em estudos subsequentes, seria um efeito da incapacidade dos pesquisadores de regular suas atividades. “Eu preferiria que um político tivesse a palavra final”, propôs.

Além do ARC e de Ridd, houve outras vozes divergentes. Dirigentes da Universidade Católica da Austrália e da Universidade de Tecnologia de Queensland (QUT) argumentaram que o veto não pode ser totalmente descartado, embora deva ser uma prática excepcional. Para eles, seria suficiente ampliar a transparência no processo de decisão, com a exigência de que o ministério forneça explicações claras ao Parlamento sobre as razões pelas quais o projeto foi rejeitado. “Remover o poder de veto não seria politicamente realista ou desejável democraticamente”, afirma John Byron, conselheiro da QUT. Segundo ele, a supervisão dos ministros sobre o financiamento é um dos princípios de um governo responsável.

Apesar da mobilização, o relatório aprovado no final de março pelo comitê parlamentar de investigação optou por preservar o poder de veto do ministro. Mas recomendou a criação de um painel independente para reavaliar a legislação que regula as atividades do ARC de modo a evitar o enfraquecimento do órgão. “O comitê aceita o argumento de que uma ampla revisão do ARC é necessária, com vistas a maximizar o impacto do investimento público em pesquisa e impulsionar um forte sistema nacional de pesquisa e desenvolvimento.” ■

Fabrcio Marques

Perfil da retratação de artigos de autores brasileiros

Pesquisadores da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) levantaram o perfil de artigos científicos de autores brasileiros que sofreram retratação entre 2002 e 2019. Com base em dados da plataforma Retraction Watch, que compila casos de *papers* considerados inválidos pelos periódicos que os publicaram, o grupo identificou 162 artigos retratados no período, dos quais quase 60% envolveram má conduta – os casos mais comuns foram de imagens duplicadas ou adulteradas (14,2% do total); plágio ou autoplágio (12,2%); ou resultados falsificados ou manipulados (5,4%). Outros 19% foram cancelados por erros ou deslizes cometidos de boa-fé e 14,8% por equívocos dos próprios periódicos. Não foi possível definir a causa da retratação em 6,1% dos casos. O estudo foi publicado em novembro na revista *Transinformação*.

A maioria das retratações envolveu trabalhos de biociências (27 artigos retra-

tados por má conduta e 9 por erros), medicina clínica e experimental (15 artigos por má conduta e 8 por erros) e química (21 artigos por má conduta e 1 por erro). A cientista da informação Karen Santos-d'Amorim, do Departamento de Ciências da Informação da UFPE, autora principal do levantamento, explica que essas áreas publicam um grande volume de trabalhos. “Não surpreende que também tenham mais artigos retratados”, afirma. As universidades Estadual de Campinas (Unicamp) e de São Paulo (USP) foram as instituições com mais *papers* retratados: 35 e 19, respectivamente. Em seguida aparecem a Estadual Paulista (Unesp) e a Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com 6 artigos cada uma, e as federais de Mato Grosso (UFMT), do Espírito Santo (Ufes), de Minas Gerais (UFMG), de Viçosa (UFV) e a Estadual de Maringá (UEM), com 3 artigos cada uma.

Em seu estudo, Santos-d'Amorim observou que, dos 114 periódicos que re-

trataram artigos de autores brasileiros, 31 eram do Brasil, como o *Jornal de Pediatria* e o *Brazilian Journal of Biology*. Segundo ela, isso sugere que as políticas editoriais de retratação não se limitam a publicações internacionais, mas se encontram disseminadas no país. “O Brasil está investindo em iniciativas de promoção da integridade em pesquisa e mais editores se sentem estimulados a investir em políticas dessa natureza”, afirmou a pesquisadora. O levantamento do grupo da UFPE distinguiu o alcance dos periódicos que cancelaram artigos de brasileiros: 24 retratações ocorreram em revistas com fator de impacto (FI) superior a 5 – isso significa que, em média, cada *paper* dessas revistas recebeu pelo menos cinco citações em outros trabalhos, um sinal de repercussão. Outras 52 foram registradas em títulos com FI entre 2 e 5; 25 em periódicos com FI menor do que 2; e 36 em publicações que não têm fator de impacto mensurado.

Plágio derruba vice-chanceler

O geneticista norte-americano Terry Magnuson renunciou ao cargo de vice-chanceler de Pesquisa da Universidade da Carolina do Norte, em Chapel Hill, depois de admitir que cometeu plágio em um pedido de financiamento apresentado em março de 2021 aos Institutos Nacionais de Saúde (NIH), principal agência de apoio à pesquisa biomédica dos Estados Unidos. Investigação feita pelo Escritório de Integridade Científica (ORI) do país encontrou em um projeto submetido por Magnuson trechos copiados de dois manuais, de um material de divulgação de uma empresa que fabrica kits de sequenciamento genético e de um artigo de revisão. Os NIH aprovaram o pedido em agosto e só posteriormente a má conduta foi detectada.

O geneticista, que já havia recebido mais de US\$ 50 milhões em recursos da agência para seus projetos, aceitou ter seu trabalho monitorado até janeiro de 2024. Seus pedidos de subvenção a agências federais terão de ser revisados pela Escola de Medicina da universidade, que certificará a veracidade e a lisura das informações. A escola também enviará relatórios semestrais ao ORI descrevendo a supervisão às atividades do pesquisador. O chanceler da universidade, Kevin Guskiewicz, agradeceu a Magnuson por seu trabalho, que elevou o volume de financiamento à pesquisa na instituição ao patamar de US\$ 1 bilhão. Em e-mail enviado aos colegas obtido pelo jornal *The News & Observer*, o pesquisador justificou a renúncia. Explicou que era seu dever “garantir que todos possam confiar que o sistema trata todos igualmente, independentemente de posição ou *status*, e que ninguém está acima da lei”.